

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOCENTE EM ESCOLAS DO CAMPO NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo ¹

Manoel José da Silva Neto ²

Maiara Felix Fernandes ³

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados do Projeto de Extensão PROBEX 2015, concluído, e PROBEX 2016 realizados no Centro de Formação de Professores (CFP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), intitulado “Formação Continuada de Educadores de Escolas do Campo no Ensino de Geografia, no Município de Cajazeiras-PB”, e Formação Continuada Interdisciplinar no Assentamento Acauã, município de Aparecida – PB, ambos os municípios situados na Região Geográfica Intermediária Sousa-Cajazeiras, Semiárido, Paraíba, Brasil. Ambos contribuíram para fortalecer a formação inicial e continuada docente e incluem as temáticas sobre Educação do Campo, Interdisciplinaridade e Ensino de Geografia.

Palavras-chave: Formação, Educação, Extensão

1-Introdução

O presente trabalho apresenta os resultados do Projeto de Extensão PROBEX 2015, concluído, e PROBEX 2016 realizados no Centro de Formação de Professores (CFP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), intitulado “Formação Continuada de Educadores de Escolas do Campo no Ensino de Geografia, no Município de Cajazeiras-PB”, e Formação Continuada Interdisciplinar no Assentamento Acauã, município de Aparecida – PB, ambos os municípios situados na Região Geográfica Intermediária Sousa-Cajazeiras, Semiárido, Paraíba, Brasil.

Esses projetos têm como objetivos a formação continuada de educadores de escolas do campo dos municípios mencionados, as quais ocorreram quinzenalmente em espaços destinados à formação de educadores com a realização de oficinas, minicursos, palestras, aplicação de diagnósticos iniciais e finais, mostra cultural, exposição, construção de materiais didáticos diferenciados e linguagens no ensino, bem como contribuir com o

¹ Universidade Federal de Campina Grande / ivanaldadantas@gmail.com. Orientadora e Coordenadora do Projeto.

² Universidade Federal de Campina Grande. manoelluis25@hotmail.com.

³ Universidade Federal de Campina Grande / maiarafelix17@gmail.com.

fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão, na formação docente para os educandos do curso de Licenciatura em Geografia do CFP/UFCG.

Por outro lado, a formação também ocorreu entre os discentes da Licenciatura e os educandos das escolas com a aplicação de jogos didáticos e discussões temáticas. A interação ocorreu mediante encontros semanais nas escolas e, quinzenais nos espaços de formação promovendo trocas de saberes entre todos os participantes. Os recursos e linguagens utilizados tem promovido a transformação de práticas de ensino entre os sujeitos envolvidos, bem como a ressignificação da práxis pedagógica e dialógica.

Os dois Projetos abrangeram 15 professores dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, de escolas desses municípios, do campo e da cidade, além de 15 educandos do curso de Licenciatura em Geografia, do Centro de Formação de Professores, sendo dois bolsistas e treze voluntários; e, indiretamente, atingimos os educandos das comunidades e escolas atendidas pelo Projeto.

Esses projetos realizados contribuíram para fortalecer a nossa experiência de formação inicial e de vivências em projetos de extensão, durante a vigência do Mestrado e Doutorado realizados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desenvolvidos em anos anteriores pelo PROLICEN e, pelo PROJETO OBSERVATÓRIO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (2004-2008) e, num projeto do PIBIC 'Diagnóstico da educação nas escolas do campo nos municípios da região metropolitana de João Pessoa'.

As formações incluem as temáticas sobre Educação do Campo, Interdisciplinaridade e Ensino de Geografia, desenvolvidas a partir de oficinas, debates, leituras de textos e elaboração de materiais didático-pedagógicos. A proposta de extensão com intenção de pesquisa contemplou, ao todo, 16 oficinas, dois encontros e duas Mostras culturais dos materiais produzidos durante a vigência destes, eventos estes realizados entre os meses de maio a dezembro dos anos de 2015 e, de 2016.

O objetivo geral foi realizar a formação inicial discente e formação continuada de educadores/as conforme os princípios da Interdisciplinaridade, com vistas à reorganização e execução do Projeto Político Pedagógico das Escolas, referenciando-se nas atividades de extensão acadêmica fortalecendo a formação docente dos estudantes monitores, de cursos de Licenciatura do CFP/UFCG, participantes do Projeto.

Nesse sentido realizamos oficinas pedagógicas envolvendo os professores em

formação, reorganizamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, planejamentos de ensino, desenvolvimento de atividades com inclusão dos princípios da Educação do Campo e interdisciplinar.

2- A Luta por Terra e sua Relação com a Educação Interdisciplinar do Campo

Desde os primórdios da colonização, a distribuição desigual das terras do território brasileiro foi realizada de forma excludente, inicialmente com as capitâneas hereditárias e seus donatários e posteriormente com doação de terras em sesmarias, dando origem aos grandes latifúndios no país.

A Lei de Terras, nº 601/1854, põe fim à doação de terras, no entanto o acesso à terra só passa a ser possível através da compra e venda em dinheiro, legitimando a permanência do grande latifúndio e excluindo a possibilidade de todos terem acesso igualitário à terra para produzir. Segundo MOREIRA; TARGINO (1997), a motivação da ocupação do sertão foi a pecuária bovina. A penetração dos currais ganha assim uma relevância espacial na conformação do território estadual.

De acordo com MOREIRA (1990, p. 10) durante o processo de ocupação do Sertão Paraibano os rios constituíam as principais vias de penetração. A facilidade de circulação e a distribuição de águas condicionaram a ocupação das margens fluviais e produziram o povoamento de ribeira. Isto é, a instalação de grandes fazendas de gado próximo aos rios. Além do gado, outro produto que fez parte do processo de consolidação dos grandes fazendeiros latifundiários no Sertão da Paraíba foi o algodão que no fim do século XVIII, passou a ser o produto de maior importância econômica na agricultura paraibana.

A apropriação da terra por grandes latifundiários, principalmente no Sertão da Paraíba, culminou em intensas lutas por distribuição igualitária e justa da terra, a exemplo do processo de luta e conquista da Fazenda Acauã. Localizada às margens do rio Piranhas, a Fazenda Acauã teve seu processo de ocupação iniciado em 1995, quando através do Diário Oficial e dados publicados pelo INCRA-PB, alguns agricultores do Sertão Paraibano, tiveram conhecimento de que a Fazenda foi considerada como improdutivo. Nesta ocasião, agricultores de vários Municípios como Bonito de Santa Fé, Cajazeiras, Triunfo, Sousa, Pombal, Jericó e Catolé do Rocha solicitaram apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT),

para ocupar as terras da Fazenda Acauã (LIMA, 2006, p. 23-24).

Segundo a autora (*ibidem*) a ocupação e conquista de terras nos Sertões da Paraíba, a exemplo do Assentamento Acauã é resultado da luta realizada por trabalhadores que foram historicamente excluídos do acesso à terra, devido ao processo de formação e consolidação da estrutura agrária de distribuição desigual de terras no Brasil.

De acordo com MOREIRA (1997, p. 178): O conflito de terra é fruto do choque de interesses entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro e, do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência de unidade familiar produtiva. A primeira ocupação da fazenda ocorreu no dia 02 de dezembro de 1995.

Considerando o histórico de enfrentamentos e despejos realizados pela justiça junto aos agricultores acampados na Fazenda Acauã, somado ao histórico das lutas pela permanência na terra conquistada, desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 14 de outubro de 1996, com um total de 2.825 hectares de terra, o Assentamento Acauã, tornou-se o primeiro assentamento do Alto Sertão da Paraíba, formado sobre terras privadas.

Daí surge uma das maiores motivações para a realização dos dois Projetos de educação continuada e formação de Educadores no Sertão da Paraíba, considerando além da solicitação dos educadores da antiga formação do primeiro projeto executado em Cajazeiras – PB, mas também da Associação do Assentamento Acauã, a problemática mencionada, merece um destaque e olhar interdisciplinares, tendo em vista que abrange aspectos multidimensionais, especialmente se considerarmos que a maioria dos conflitos de terra do Sertão Paraibano se desenvolve em torno da área seca de um açude público, ou seja, em função de dois recursos naturais fundamentais à sobrevivência humana no Semiárido: a água e a terra (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 91). Além disso, há outros aspectos a ser considerado na educação escolar como o associativismo em área de assentamento rural, a história de luta e espacialização dessas lutas na terra conquistada, as religiosidades locais, novas metodologias no ensino, dentre outros.

Situar essas questões se traduz um ponto de pauta das Associações de assentamentos, entidades apoiadoras do campo como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), assim como de Escolas, através das Secretarias Municipais de Educação, as quais são colaboradoras neste

Projeto, uma vez que, nas escolas situadas no campo são estas instituições que acreditam na importância da parceria Universidade/escola/comunidade, além de considerarem comum a presença de um conjunto de problemas e dificuldades: a insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; as dificuldades de acesso dos professores e alunos por falta de um sistema adequado de transporte escolar; a falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade; currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento; a ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série; baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana (MEC/Inep, 2007).

A interdisciplinaridade pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea, sendo a prática interdisciplinar considerada oposta a qualquer homogeneização, sendo assim pensado neste Projeto como atividades e ações disciplinares e interdisciplinares com lógicas distintas. Portanto, almejamos o equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora (JANTSCH & BIANCHETTI, 2002) desenvolvida por uma coletividade, mas procurando também verificar o singular (KLEIN, 1990), buscando as distintas multidimensionalidades e manifestações.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade e suas relações com a cultura escolar incluem o pensamento de distintas disciplinas. Segundo Hilton Japiassú resumiu (1976, p. 75):

Numa primeira aproximação, o que vem a ser, afinal, o interdisciplinar? Passamos por graus sucessivos de cooperação e de coordenação crescentes antes de chegarmos ao grau próprio ao interdisciplinar. Este pode ser caracterizado como o nível em que a colaboração entre as diversas disciplinas o entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, isto é, a uma certa reciprocidade nos intercâmbios, de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida. [...] Donde poderemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente em lançar uma ponte para religar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos.

Consideramos as disciplinas escolares e culturas escolares, a percepção de dois movimentos em direções opostas, mas não excludentes: a tradição da organização escolar em

disciplinas continua e se fortalece; e a acentuada tendência para simplificá-las e até mesmo reduzi-las em áreas. Tal visão nos remete, todavia, apenas a aspectos internos à escola, mais precisamente à organização dos “conteúdos” de ensino, às “metodologias” de ensino-aprendizagem, ao horário escolar, dentre outras.

Pensando a diversidade que caracteriza os seres humanos, e nestes os sujeitos camponeses e sujeitos da escola do campo, achamos importante destacar que apesar das recentes iniciativas de educação (PRONERA, PROCAMPO, PROJovem CAMPO) para os povos que vivem no campo brasileiro ainda persistem os indicadores de iniquidade que denunciam a injustiça que recai sobre as populações que habitam no campo.

Ressaltam-se os seguintes indicadores apontados por estudo recente (MOLINA et al, 2009, p. 5): a) A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é de 23,3% na área rural, é superior à da zona urbana, que é de 7,6%. b) A escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que vive na zona rural é de 4,5 anos, e no meio urbano, na mesma faixa etária, encontra-se em 7,8 anos. O nível de instrução da população adulta jovem, na faixa de 25 a 34 anos, confirma o quadro de desigualdade. Enquanto para a população urbana nesta faixa etária, 52,5% tem instrução completa de nível médio ou superior, no meio rural essa condição só existe para 17% da população, segundo os dados da Pnad 2007.

A exemplo da situação educacional nos assentamentos da reforma agrária destacamos que entre os camponeses assentados apenas 38,8% frequentam escola, ou seja, 61,2% da população assentada não têm acesso à escola, 27,1% nunca frequentou escola e não lê e não escreve; 38,55% frequentou o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série; 14,7% frequentou até 5ª a 8ª série e somente 5,6% teve acesso ao Ensino Médio.

A Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (Pnera) em 2005 fez pela primeira vez, um diagnóstico abrangente da educação nos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Ela identificou 8.679 escolas nos 5.595 assentamentos cadastrados pelo Incra em todo o País. Cerca de ¼ das escolas funcionam em instalações improvisadas, como galpão, rancho, paiol, casa de farinha, casa de professor, igreja e outros; 29,3% dessas escolas são construções provisórias; 23,9% têm cobertura de zinco ou amianto e 6,1% de palha ou sapé; 68,2% delas possuem cozinha, e apenas 7,6%, refeitório para os alunos.

O número de estudantes, em 2004, totalizava 987.890 em todo o Brasil. Desses, 457.870 (45%) estavam no Nordeste e 313.124 (32%), no Norte. Um percentual de 95,7% das

crianças entre 7 e 10 anos está estudando. Dessas, 92,5% estão nas séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries), mas 7,5% não, percentual que começa a mudar significativamente a partir dos 11 anos de idade.

Numa pesquisa por amostragem realizada pelo INCRA em 2010, sobre a qualidade de vida, produção e renda do campo, especificamente nas áreas dos assentamentos da reforma agrária, identificou que o Brasil tem 923.609 famílias vivendo em 8.763 assentamentos, numa área de 75,8 milhões de hectares. Quanto ao indicador grau de escolaridade da população assentada a pesquisa apontou que entre esta população somente 0,51% tem curso superior completo, 0,77% tinham superior incompleto, 5,23% concluiu o Ensino Médio e 7,24% incompleto. No Ensino Fundamental 26,97% da população cursou do 5º ao 9º e 42,88% frequentou do 1º ao 4º ano. O mais grave desse quadro é a persistência do índice de 16,% de analfabetos.

Este cenário de discrepantes desigualdades sociais e demonstração da visível concentração fundiária, desigualdade de oportunidades em todos os âmbitos também se vislumbra como expressão de desigualdade nas escolas situadas no campo, local onde é comum a presença de um conjunto de problemas e dificuldades: a insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; as dificuldades de acesso dos professores e alunos por falta de um sistema adequado de transporte escolar; a falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade; currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento; ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série; baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os da zona urbana (MEC/Inep, 2007).

Diante da magnitude da questão educacional no campo destaca-se como essencial a formação continuada dos educadores, como um importante aspecto para a melhoria da educação e para a concretização da política de Educação do Campo, especialmente tomando como ponto de partida o Ensino de Geografia transdisciplinar, capaz de comportar o debate acerca da realidade dos Educandos e o reconhecimento e a valorização dos recursos locais, conforme defendem os movimentos e reconhece o Decreto nº 7.352/2010.

Assim como a política da Educação do Campo em seu ordenamento jurídico, o ensino de geografia propõe a leitura de mundo como ponto de partida para a emancipação e libertação dos sujeitos. De acordo com Moreira (2007, p. 105) “A Geografia é uma forma de leitura do mundo. A educação escolar é um processo no qual o professor e seu aluno se relacionam com o mundo através das relações que travam entre si, na escola e nas idéias”.

Rui Moreira (2007, p. 105-118) dedica um capítulo do seu livro para refletir sobre o papel desempenhado pela escola na produção e no fazer geográfico. Segundo este autor, outrora ter-se-ia uma Geografia supostamente “com forma e sem conteúdo”, uma vez que cabia à mesma apenas empregar princípios lógicos como localização, distribuição, distância, extensão, etc.; como, segundo ele, há muito, esses princípios teriam sido abandonados, restou uma Geografia “com conteúdo e sem forma”, por essa razão, caberia um resgate do arcabouço teórico-metodológico da Geografia nos “ambientes que formam o mundo vivo da Geografia. E a escola, sem dúvida é um deles” (MOREIRA, 2007, p.118). O autor propõe uma reflexão crítica da escola para atender à tarefa maior que seria atualizar os princípios, categorias e conceitos da Geografia moldados ao tempo presente.

Para tanto, torna-se essencial a formação continuada dos educadores como um instrumento de apropriação dos conhecimentos acerca dos princípios políticos, sociais, filosóficos e pedagógicos da Educação do campo que permitam a inserção nas escolas das políticas e as práticas educativas desse paradigma de educação do campo nas escolas do campo especialmente nas dos assentamentos rurais.

Assim, os projetos realizados pretendem contribuir para a formação continuada de professores de modo que atue na organização e execução dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas já mencionadas, através de oficinas pedagógicas baseadas nos princípios da Educação do Campo e de propostas de novas metodologias e linguagens no Ensino de Geografia, buscando inserir práticas pedagógicas interdisciplinares, tendo como eixo curricular articulador do ensino, os temas geradores.

3- Avaliando os Projetos Realizados

A pesquisa-ação foi um processo metodológico que buscou superar a dicotomia teoria/prática, sujeito/objeto. Ela possibilita que os sujeitos envolvidos na pesquisa, o

pesquisador e os sujeitos da comunidade, sejam ativos e interativos, e evidenciem seus conhecimentos, saberes e interpretações da realidade que vivenciam, do ambiente social, cultural, político dos sujeitos envolvidos. Assim, procuramos a promoção do debate e ampliação da utilização de novas metodologias, linguagens e recursos no Ensino de Geografia para promoção da construção do conhecimento dos saberes e ampliação da capacidade dos processos de promoção do ensino-aprendizagem.

Para análise dos resultados alcançados propomos a realização de diagnósticos iniciais e finais nos quais constatamos o distanciamento dos currículos escolares da Política da Educação do Campo, embora nas práticas dos educadores se tenha percebido o interesse na implementação de múltiplas metodologias e recursos capazes de tornar o ensino atrativo. Contudo, demonstrou-se por vezes o distanciamento dos conteúdos curriculares em relação às realidades dos sujeitos da escola.

Teve-se êxito nos textos trabalhados em reunião, pois os Projetos tinham o objetivo de levar aos encontros com os educadores os conhecimentos necessários para as discussões das temáticas abordadas. Assim, se possibilitou aprendizagens mútuas entre os integrantes.

Houve resultado satisfatório, no entanto, é importante destacar que todas as experiências serviram para reflexões que levaram ao grupo crescimento pessoal e intelectual e demonstrou resultados positivos para os envolvidos, Academia e Escolas. Os alunos bolsistas e voluntários apontaram que os projetos possibilitaram um crescimento significativo nas suas formações como futuros profissionais e concluíram que a interdisciplinaridade é possível e necessária.

No que diz respeito á Educação do Campo destacou- se que como qualquer outro tipo de educação tem que ser priorizada de acordo com as normas das Diretrizes Curriculares Nacionais, já que o ensino tem que ser voltado para um público específico, sendo este o sujeito do campo valorizando assim seu espaço de vivência, ou melhor, seu lugar, pois compreender seu entorno se faz necessário para um crescimento pessoal dentro e fora da escola.

Considerações

Mediante o desenvolvimento de entrevistas, aplicação de questionários e observações realizadas a formação ocorreu de modo satisfatório, sobretudo considerando-se as metodologias apresentadas. Dentre elas, as dinâmicas desenvolvidas pelos bolsistas e voluntários, consideradas como ponto positivo na formação.

Os Projetos de extensão mencionados foram e vem sendo executados mediante atividades de oficinas pedagógicas realizadas pela Equipe e demonstrou contribuir, especialmente a partir dos diagnósticos realizados para a reorganização do PPP das escolas, planejamento de ensino de modo que os conteúdos estejam voltados à realidade imediata e local dos educandos, tais como reforma agrária, produção e transição agroecológica, ensino interdisciplinar, currículo e avaliação na infância para os sujeitos do campo, a brincadeira e o jogo e sua importância na infância, datas comemorativas e sua interligação com o a história do assentamento; dentre outras. Igualmente, desenvolver atividades que incentivem a inclusão dos princípios da Educação do Campo e do Ensino de Geografia interdisciplinar, promovendo o desenvolvimento e criação de materiais didáticos, incentivando à participação dos alunos; incentivando ao professor quanto a uma postura democrática e participativa, incentivando à prática de uma avaliação contínua e participativa.

Consideramos que houve a promoção do debate e a ampliação da utilização de novas metodologias, linguagens e recursos no Ensino de Geografia para promoção da construção do conhecimento dos saberes e ampliação da capacidade dos processos de promoção do ensino-aprendizagem.

Referências

ARAUJO, L. M. ; OLIVEIRA, Angelo Custódio Neri de. ; REIS ; SHISTECK, ; SENA. Ivânia Paula Freitas de Souza. **Educação para a Convivência com o Semi-árido: a complexidade dos processos educativos de um fazer coletivo.**

ARAÚJO, I. X.; SILVA, S. B. . **Educação do campo e a formação sociopolítica do educador.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A formação de Professores e o Ensino de Geografia. In: **Revista Terra Livre 13.** Julho de 1999.

CALDART, Roseli S. ET AL: **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo Expressão Popular, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 31.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 184 p.

RODRIGUES, U, M. RODRIGUES, S, J, D. **Educação do campo**: fomento imprescindível na luta pela reforma agrária In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo. São Luís: EDUFMA, 2009.

SOUSA, Maria Antônia de. **Educação do campo**: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf>> Acesso em: 22 de Ago de 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. 2001.